



RELATÓRIO FINAL:

Implementação Efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Moçambique

VPSHR VOLUNTARY PRINCIPLES
SECURITY
AND HUMAN RIGHTS

MAPUTO, MAIO DE 2021

1. Introdução

Este é o relatório sobre o Projecto “Effective Implementation of the Voluntary Principles on Security and Human Rights (VPSHR) in Mozambique”, com a duração de três (3) meses e financiado pelo Governo do Reino Unido, através do Alto Comissariado Britânico em Moçambique. O projecto foi implementado de Janeiro a Março de 2021 e tinha cinco (5) outputs, nomeadamente (1) Workshop VPSHR basic education and familiarisation complete; (2) Workshop contextual sensitisation complete (i.e. understanding of the application VPSHR in the Cabo Delgado context); (3) Stakeholder VPSHR assessments complete, risks and shortfalls identified; (4) Stakeholder roadmaps developed to address shortfalls in VPSHR implementation; (5) Stakeholders engage in two follow-up and one-to-one consultations to implement roadmaps and collectively monitor progress.

Foram definidos dois (2) *outcomes* do projecto: (1) Stakeholder understanding of the importance, purpose and application of VPSHR in the Cabo Delgado context; (2) Stakeholder VPSHR shortfalls addressed and risks mitigated (with a focus on interactions between government/public sector and companies).

Para a concretização dos *outputs* e *outcomes* foram definidas e realizadas várias actividades, com destaque para três (3) *webinars* e dois (2) *workshops* em Maputo e em Pemba. Este relatório incide sobre as actividades realizadas, faz uma análise dos progressos alcançados, dos desafios enfrentados, as oportunidades que se abriram e faz uma proposta de continuação do projecto terminado no dia 31 de Março de 2021.

O projecto foi implementado num contexto de muitos desafios, desde logo as limitações impostas pela pandemia da Covid-19 que inviabilizaram o potencial do impacto público da iniciativa. Devido à Covid-19 não se podia realizar eventos públicos e isso prejudicou o engajamento público e a

participação dos actores nas actividades do projecto. A pandemia da Covid-19 também limitou a capacidade de engajamento bilateral com os vários organismos que se pretendiam envolvidos.

Apesar desses desafios, o projecto teve sucesso e isso foi possível devido à liderança do Governo, mormente o protagonismo do Ministério da Defesa Nacional, ao seu mais alto nível; o engajamento do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos; o empenho da Comissão Nacional dos Direitos Humanos; o papel chave do Governador da Província de Cabo Delgado e do Secretário de Estado da Província de Cabo Delgado.

A implementação do projecto envolveu também actores e parcerias internacionais, com destaque para o Secretariado Internacional dos Princípios Voluntários, o Centro de Governação do Sector de Segurança de Genebra (DCAF); o Global Community Engagement and Resilience Fund – GCERF; Institute for Security Studies- ISS da África do Sul; Good Governance Africa- GGA da África do Sul; e o International Crisis Group- ICG). Houve ainda reuniões com actores importantes com o Departamento do Estado Americano, a Chatham House de Londres (participou no terceiro webinar) e outras entidades bilaterais e multilaterais para dialogar e apresentar a iniciativa.

O projecto conseguiu o seu objectivo de estabelecer uma plataforma de convergência de actores nacionais e internacionais para a abordagem do conflito e direitos humanos em Cabo Delgado. Foi também alcançado o objectivo estratégico de consolidação da **Plataforma de Diálogo sobre Negócios, Segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado**, incluindo a busca de soluções locais para os problemas que afectam a província, concretamente o extremismo violento. Devido às limitações impostas pela pandemia da Covid-19, há algumas acções que não foram realizadas.

2. Principais actividades realizadas

Este capítulo apresenta as principais actividades realizadas, o público alcançado e os *stakeholders* nacionais e internacionais envolvidos.

2.1. Primeiro webinar: “Preparar o contexto, estabelecer padrões, responsabilidades e delinear a metodologia”¹

O primeiro *webinar* tinha como título “**Preparar o contexto, estabelecer padrões, responsabilidades e delinear a metodologia**” e foi realizado no dia 28 de Janeiro de 2021. Este *webinar* contou com a participação de importantes actores nacionais e internacionais e foi uma oportunidade para a apresentação do projecto.

Os principais intervenientes do webinar foram **Coronel Omar Saranga**, Director Nacional da Política de Defesa no Ministério da Defesa Nacional; **Sra. Alexandra Sheppard**, Vice-Alta Comissária Britânica para Moçambique; **Sra. Nathan Drimmer**, Secretariado dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos; **Sr. Anton Mifsud-Bonnici**, Especialista Europeu sobre Negócios & Direitos Humanos; **Sr. Cláudio Dinis Mate**, Director Nacional na Direcção de Direitos Humanos e Cidadania - Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos; e **Prof. Adriano Nuvunga**, Director CDD.

Tratando-se do primeiro *webinar*, os principais actores nacionais e internacionais manifestaram o interesse em participar e em apoiar na implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos no País, sobretudo em Cabo Delgado, província onde há maior

registo de violações de direitos humanos desde o início da insurgência armada, em Outubro de 2017. Foi destacada a importância da iniciativa enquanto ferramenta de referência na actuação das forças de defesa e segurança e como instrumento que previne e repara violações dos direitos humanos e protege as comunidades para que elas possam beneficiar do desenvolvimento².

O primeiro *webinar* teve uma grande repercussão na imprensa nacional e estrangeira. Os principais jornais independentes de Moçambique, nomeadamente Canal de Moçambique e SAVANA, publicaram textos sobre o debate, e o Director do CDD, Adriano Nuvunga, foi entrevistado por órgãos de informação estrangeiros para falar sobre a iniciativa. Um relatório³ sobre o debate foi produzido e partilhado através de *mailing list* do CDD e publicado no *website* e nas redes sociais da organização.

Este *webinar* teve 652 visualizações no Facebook e 213 visualizações na plataforma Zoom. As visualizações no Zoom foram feitas a partir de Moçambique, Reino Unido, Estados Unidos, França, Suíça, Alemanha, Portugal, Bélgica, Irlanda, Itália, Turquia, Canadá, Filipinas, África do Sul, Quênia, Nigéria, Maurícias e Eswatini.

2.2. Webinar 2: “Fortalecimento do apoio de nível provincial para a implementação dos VPSHR em Cabo Delgado”⁴

O segundo *webinar* teve como título “**Fortalecimento do apoio de nível provincial para a implementação dos VPSHR em Cabo Delgado**” e foi realizado no dia 25 de Fevereiro de 2021. Participantes: **Sua Excia Valige Tauabo**, Governador da Província de Cabo Delgado; **Coronel**

Omar Saranga, Director Nacional de Política de Defesa no Ministério da Defesa Nacional; **Sra. Alexandra Sheppard**, Vice-Alta Comissária Britânica em Moçambique; **Dr. Luís Bitone**, Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos; **Kaveh Shahrooz**, Secretariat of Voluntary Principles

¹ <http://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/1.ezgif-3-5b2bd8ef7be8-scaled.jpg>

² <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/01/Defesa-e-Justica-reconhecem-necessidade-da-observancia-dos-direitos-humanos-na-actuacao-das-Forcas-Armadas.pdf>

³ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/01/Defesa-e-Justica-reconhecem-necessidade-da-observancia-dos-direitos-humanos-na-actuacao-das-Forcas-Armadas.pdf>

⁴ <http://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/2.Fortalecimento-do-apoio-provincial-para-a-implementacao-dos-VPSHRs-em-Cabo-Delgado-scaled.jpg>

Initiative; **Mirna Adjami**, Geneva Centre for Security Sector Governance (DCAF); e **Prof. Adriano Nuvunga**, Director do CDD.

Nos debates foi reafirmada a importância da iniciativa que cruza negócios, segurança e direitos humanos como espaço de discussão dos desafios e alternativas viáveis de desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado, sem negligenciar o respeito pelos direitos humanos. Os participantes defenderam que a exploração de recursos naturais de Cabo Delgado deve ser feita em condições que garantam a participação de todos os actores, dando prioridade à população local para evitar assimetrias e reduzir a sua vulnerabilidade a recrutamento por grupos do extremismo violento. A Comissão Nacional dos Direitos Humanos constatou também que entre as partes en-

volvidas no conflito em Cabo Delgado havia fraco conhecimento das normas de segurança e direitos humanos, incluindo os VPSHR.⁵

O segundo *webinar* teve 496 visualizações no Facebook e 120 na plataforma Zoom. As visualizações no Zoom foram feitas a partir de Moçambique, Reino Unido, Dinamarca, Suíça, Estados Unidos, França, Reino dos Países Baixos, Canadá, Itália, França, Nigéria, África do Sul, Suécia, Turquia e Bélgica. O segundo *webinar* também atraiu a atenção da imprensa nacional e estrangeira. Além de textos produzidos nos *media* nacionais, o CDD foi solicitado a dar entrevistas à imprensa internacional sobre o evento. O relatório⁶ do *webinar* foi distribuído através de *mailing list* do CDD e publicado no *website* e nas redes sociais da organização.

2.3. Workshop de Maputo: “Workshop de promoção e facilitação da implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado, Moçambique”⁷

O primeiro *workshop* do projecto “Effective Implementation of the Voluntary Principles on Security and Human Rights (VPSHR) in Mozambique” teve lugar nos dias 10 e 11 de Março de 2021, na Cidade de Maputo. Também designado *Workshop* de Maputo, o “**Workshop de promoção e facilitação da implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado, Moçambique**” teve como principais oradores a **Sua Excia NneNne Iwuji-Eme**, Alta Comissária Britânica para Moçambique; **Sua Excia Jaime Neto**, Ministro da Defesa Nacional; **Dr. Luís Bitone**, Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos; **Sr. Ronan Bescond**, Director da Total em Moçambique; **Coronel Carlos Mucamissa**, Director Nacional de Educação Cívico-Patriótica no Ministério da Defesa Nacional; **Dr. Cláudio Dinis Mate**, Director Nacional de Direitos Humanos e Cidadania

no Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos; **Sr. Anton Mifsud-Bonnici**, Especialista Europeu sobre Negócios & Direitos Humanos; e **Prof. Adriano Nuvunga**, Director do CDD. O *workshop* contou com a co-facilitação do **Professor Eduardo Siteo**, **Sr. Richard Rands** e **Sr. Clinton Wood**, que participam desta iniciativa na qualidade de assessores do CDD.

Devido às limitações impostas pela Covid-19, o *Workshop* de Maputo foi um evento virtual e teve uma base de operações montada nos escritórios do CDD. A imprensa (jornais, rádio e televisão) acompanhou, a partir dos escritórios do CDD, as intervenções dos principais oradores, nomeadamente da Alta Comissária Britânica para Moçambique, do Ministro da Defesa Nacional, do Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e do Director da Total em Moçambique. O CDD produziu um relatório sobre o *Workshop* de

⁵ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/03/Governador-de-Cabo-Delgado-destaca-importancia-de-colocar-a-provincia-no-centro-do-debate-sobre-direitos-humanos.pdf>

⁶ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/03/Governador-de-Cabo-Delgado-destaca-importancia-de-colocar-a-provincia-no-centro-do-debate-sobre-direitos-humanos.pdf>

⁷ <http://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/3.Workshop-de-promocao-e-facilitacao-da-implementacao-efectiva-dos-Principios-Voluntarios-sobre-Seguranca-e-Direitos-Humanos-em-Cabo-Delgado-Mocambique.jpg>

Maputo⁸ que foi partilhado através de *mailing list* e publicado no *website* e nas redes sociais da organização. Durante dois dias, o *Workshop* de Maputo teve 223 visualizações na plataforma Zoom e 678 no Facebook. As visualizações no Zoom foram feitas a partir de Moçambique, África do Sul, Reino Unido, Bélgica, Japão, França, Portugal, Itália, Estados Unidos de América, Etiópia e Quênia.

Nos debates, os representantes do Governo, do sector privado nacional e internacional, observadores nacionais e internacionais de direitos humanos e da sociedade civil discutiram como fazer negócios em ambiente de segurança e de respeito pelos direitos humanos. O Governo, representado

por Sua Excia Jaime Neto, Ministro da Defesa Nacional, defendeu que a garantia da realização de negócios em ambiente de segurança e de respeito pelos direitos humanos constitui uma prioridade para o Estado, e o Ministério da Defesa Nacional tem a missão de garantir esse desiderato. A Total manifestou o compromisso de desenvolver negócios a nível local e industrializar o País num ambiente seguro e de respeito pelos direitos humanos. Aliás, Ronan Bescond lembrou que o memorando sobre a Força-Tarefa Conjunta assinado entre o Governo de Moçambique e a Total obriga as Forças de Defesa e Segurança a respeitarem os Princípios Voluntários na sua actuação em Afungi.

2.4. Workshop de Pemba: “Workshop de promoção e facilitação da implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado, Moçambique”⁹

O *Workshop* de Pemba foi realizado nos dias 17 e 18 de Março e contou com as intervenções de **Sua Excia NneNne Iwuji-Eme**, Alta Comissária Britânica para Moçambique; **Sua Excia Valige Tauabo**, Governador da Província de Cabo Delgado; **Sua Excia Professor Catedrático Armindo Ngunga**, Secretário de Estado da Província de Cabo Delgado, **Coronel Carlos Mucamissa**, Director Nacional de Educação Cívico-Patriótica no Ministério da Defesa Nacional; **Sr. Osman Yacob**, Presidente da Comunidade Muçulmana em Cabo Delgado; **Sr. Gulamo Aboobakar**, Presidente do Conselho Empresarial de Cabo Delgado; e do **Prof. Adriano Nuvunga**, Director do CDD. O **Professor Eduardo Siteo**, o **Sr. Richard Rands** e o **Sr. Clinton Wood** participaram como co-facilitadores do evento.

O *Workshop* de Pemba contou ainda com a participação de representantes de governos dos Distritos afectados pelo extremismo violento, nomeadamente Mo-

címboa da Praia, Palma, Nangade, Macomia, Quissanga, Ibo, Muidumbe, Mueda e de Meluco. Além de relatar cenas de violência e terror, os Secretários Permanentes dos distritos afectados pelo extremismo violento falaram do drama humanitário e dos desafios que enfrentam para proteger e defender os direitos humanos.

O sector privado baseado em Cabo Delgado falou dos incomensuráveis prejuízos causados pelo conflito, incluindo o encerramento de centenas de empresas. Os empresários defendem que a segurança é uma questão prioritária na província, pois constitui a condição necessária para a melhoria do ambiente de negócios e a protecção dos direitos humanos. A Comunidade Muçulmana em Cabo Delgado disse que os problemas de Cabo Delgado não vêm apenas do conflito armado, mas também da falta de políticas claras

⁸ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/03/Jaime-Neto-assume-defesa-dos-direitos-humanos-como-compromisso-inegociavel-para-as-Forcas-Armadas.pdf>

⁹ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/4.PEMBA-Workshop-de-promocao-e-facilitacao-da-implementacao-effectiva-dos-Principios-Voluntarios-sobre-Seguranca-e-Direitos-Humanos-em-Cabo-Delgado.jpg>

de conteúdo local, capazes de alavancar o empresariado local e criar emprego para jovens, reduzindo assim a sua vulnerabilidade ao extremismo violento.

O Governo de Cabo Delgado defendeu a promoção do *conteúdo local local*, no sentido de que as multinacionais devem privilegiar as empresas moçambicanas baseadas na província para o fornecimento de bens e serviços. Defendeu ainda a necessidade de se apostar nos jovens, dando-lhes oportunidades de formação profissional, emprego e de empreendedorismo, como forma de reduzir a sua vulnerabilidade ao recrutamento pelos movimentos extremistas que aterrorizam

Cabo Delgado.

Depois do *Workshop* de Pemba, o CDD produziu um relatório¹⁰ que foi partilhado através de *mailing list* e publicado no *website* e nas redes sociais da organização. Durante dois dias, o *Workshop* de Pemba teve 62 visualizações na plataforma Zoom e 422 no Facebook. As visualizações no Zoom foram feitas a partir de Moçambique, Reino Unido, Suécia, Bélgica, França, Itália, Dinamarca e Zimbábue. No primeiro dia do *Workshop* houve uma presença significativa de órgãos de informação, com destaque a Televisão de Moçambique, a Rádio Moçambique, a Stv e o jornal Notícias.

2.5 Webinar 3: “Lições Aprendidas, Benefícios e Oportunidades: Traçando caminhos futuros para Moçambique”¹¹

Depois dos *Workshops* de Maputo e de Pemba realizou-se o terceiro e último *webinar* do projecto “Effective Implementation of the Voluntary Principles on Security and Human Rights (VPSHR) in Mozambique”. Tratando-se do último debate, o tema do *webinar* foi “**Lições Aprendidas, Benefícios e Oportunidades: Traçando caminhos futuros para Moçambique**”, e teve como principais intervenientes: **Dr. Alex Vines OBE**, Director Administrativo, Risco, Ética e Resiliência da Chatham House, Londres; **Sr. Kaveh Shahrooz**, Adjunto-Chefe do Secretariado de Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos; **Dr. Alan Bryden**, Director-Adjunto e Chefe da Divisão de Negócios e Segurança do DCAF – Centro de Governança do Sector de Segurança de Genebra; **Sr. Anton Mifsud-Bonnici**, Especialista Europeu sobre Negócios & Direitos Humanos; **Sra. Sarah Love**, Directora Adjunta de Desenvolvimento do ACB; **Sr. Jonathan Drimmer**, Secretariado dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos; **Dr. Luís Bitone**, Presidente da Comis-

são Nacional dos Direitos Humanos; **Coronel Carlos Mucamissa**, Director Nacional de Educação Cívico-Patriótica no Ministério da Defesa Nacional; **Prof. Adriano Nuvunga**, Director do CDD. O **Professor Eduardo Siteo**, o **Sr. Richard Rands** e o **Sr. Clinton Wood** participaram como co-facilitadores do *webinar*.

O debate girou em volta da relação entre os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos e as melhores práticas de negócio para Moçambique; o envolvimento do Governo junto da iniciativa dos VPSHR, com enfoque nas lições aprendidas, nos benefícios e oportunidades. Os participantes discutiram ainda a necessidade de definição dos passos a seguir e o envolvimento de várias partes interessadas em direitos humanos.

O terceiro *webinar* teve 154 visualizações na plataforma Zoom e 461 no Facebook. As visualizações no Zoom foram feitas a partir de Moçambique, África do Sul, Eswatini, Quênia, Irlanda, Suíça, França, Dinamarca, Reino Unido, Espanha, Bélgica, Estados Unidos de América e Canadá.

¹⁰ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/03/WORKSHOP-DE-PEMBA_-Respeito-pelos-direitos-humanos-passa-por-devolver-a-paz-dignidade-e-esperanca-as- pessoas-vitimas-do-conflito.pdf

¹¹ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/5.Licoes-aprendidas-beneficios-e-oportunidades-Traçando-caminhos-futuros-para-Mocambique.jpg>

3. Coordenação e parcerias

durante a implementação do projecto foi possível criar um grupo de coordenação chamado “**International Stakeholder Consultative Meeting**”. O grupo de coordenação reuniu duas vezes, sendo que a primeira reunião foi convocada pelos Países Baixos e a segunda pela Embaixada da Suíça em Moçambique. O objectivo desses encontros de coordenação era de manter os parceiros internacionais informados sobre o processo de implementação desta iniciativa e, sobretudo, alargar o grupo de consulta e

partilha de informação sobre as oportunidades que vão surgindo no decurso do projecto.

Neste momento, o CDD tem parcerias com o Secretariado Internacional dos Princípios Voluntários; a DCAF (Centro de Governação do Sector de Segurança de Genebra); o Global Community Engagement and Resilience Fund – GCERF; Institute for Security Studies - ISS da África do Sul; Good Governance Africa- GGA da África do Sul; o International Crisis Group (ICG).

4. Resultados

Pela primeira vez, foi possível criar em Moçambique uma consciência sobre a importância de uma plataforma de diálogo que cruza negócios, segurança e direitos humanos. A participação activa do Ministério da Defesa Nacional, do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, do Governo da Província de Cabo Delgado, e do Secretário de Estado da Província de Cabo Delgado durante a implementação da iniciativa é um sinal inequívoco do interesse que o tema sobre Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos suscitou no Governo e nas instituições estatais.

Uma nota de destaque vai para o engajamento do Ministério da Defesa Nacional e co-liderança da iniciativa, ao seu mais alto nível. Para além da já indicada co-liderança e participação em todos os *webinars* e *workshops*, o Ministério da Defesa Nacional usou as oportunidades que se foram criando durante a implementação da iniciativa para abordar os principais desafios ligados à prevenção e combate ao extremismo violento, desafios relacionados com a crise humanitária que

afecta mais de 700 mil pessoas e as questões socioeconómicas que afectam a Província de Cabo Delgado.

Como resultado da iniciativa, houve registo de melhorias significativas. O Ministério da Defesa Nacional melhorou a sua postura e abordagem em relação aos direitos humanos, instruindo as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) a serem mais rigorosas na observância das normas e princípios do Direito Internacional Humanitário. Como parte da iniciativa, o CDD fez uma advocacia contra a presença de empresas militares privadas em Cabo Delgado, nomeadamente a Dick Advisory Group (DAG) que operava desde Abril de 2020¹²¹³. O contrato entre o Governo de Moçambique e o DAG terminou no dia 6 de Abril e não houve renovação¹⁴.

O Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos teve um destacado papel, trazendo uma perspectiva histórica sobre a evolução do nexus entre negócios e Direitos Humanos em Moçambique, e co-liderando a dimensão de direitos humanos nas actividades realizadas. Isto teve complementaridade com as

¹² <https://cddmoz.org/combate-ao-terrorismo-governo-tenta-justificar-presenca-de-mercenarios-alegando-que-e-uma-necessidade-para-a-seguranca-das-multinacionais/>

¹³ <https://cddmoz.org/filipe-nyusi-falou-de-quase-tudo-menos-dos-mercenarios-que-operam-em-cabo-delgado/>

¹⁴ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/03/Governo-deve-privilegiar-investimentos-nas-FADM-e-nao-a-renovacao-do-contrato-com-DAG.pdf>

acções destacadas pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos ao longo da implementação da iniciativa.

O engajamento das autoridades da Província de Cabo Delgado, mormente a **Sua Excia Valige**

Tauabo, Governador da Província de Cabo Delgado, e a **Sua Excia Professor Catedrático Armin-do Ngunga**, Secretário de Estado da Província de Cabo Delgado, foi determinante para o sucesso da iniciativa, nesta primeira fase.

5. Perspectivas

Durante a implementação do projecto ficou claro que o Estado e o Governo de Moçambique estão interessados em aprofundar as matérias relacionadas com os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos. Os resultados alcançados, tanto a nível central, como provincial, em curto espaço de tempo (3 meses) e num contexto de limitações impostas pela pandemia da Covid-19, incentivam a continuação desta iniciativa de “Effective Implementation of the Voluntary Principles on Security and Human Rights (VPSHR) in Mozambique” com algumas sugestões que incluem:

- **Em termos de arquitetura** – consolidação da Plataforma sobre Negócios, Segurança e Direitos Humanos que inte-

gra o Governo; Sector Privado e Sociedade Civil, tendo o CDD como secretariado;

- **Em termos organizacionais** - a Plataforma sobre Negócios, Segurança e Direitos Humanos teria duas componentes: (1) **grupo de trabalho sobre Negócios e Direitos Humanos**, de âmbito nacional, centrado no Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e na Comissão Nacional dos Direitos Humanos; e (2) **grupo de trabalho sobre Segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado**, centrado no Ministério da Defesa Nacional, no Governo da Província de Cabo Delgado e na Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN);

- **Em termos de calendário** - esta fase iniciaria em Junho de 2021.

FIM